

RELATÓRIO FINAL

O papel da transparência no aumento da ambição da ação climática: a ligação dos BTR às NDC

7º Seminário do Núcleo Lusófono



© GIZ 2024

9-12 de abril de 2024 | Luanda | Angola

Supported by:



on the basis of a decision by the German Bundestag



supported by UNOPS



Supported by:



on the basis of a decision by the German Bundestag



From the People of Japan



Co-funded by the European Union



UK Government



partner in development



Government of Iceland Ministry for Foreign Affairs



MINISTÉRIO DELLA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA



COORDINADORA PORTUGUESA PORTUGAL

+ UNDP's Core Donors

**Publicado por:**

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Escritórios registados:

Friedrich-Ebert-Allee 32 + 36
53113 Bonn, Germany
T +49 228 44 60-0
F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5
65760 Eschborn, Germany
T +49 30 33 85 25 15
F +49 61 96 79-11 15

E contact@patpa.net

I <https://transparency-partnership.net/>

Projeto:

Projeto de apoio à implementação do Acordo de Paris
Este projeto é financiado pela Iniciativa Climática Internacional (IKI).

Autores:

Manuel Junior (GIZ), Gonçalo Cavalheiro (UNDP), Simone Gotthardt (PATPA)

Responsável:

Oscar Zarzo Fuertes (PATPA)

Créditos das fotos:

©GIZ 2024; ©Governo de Angola

Ligações URL:

Esta publicação contém links para websites externos. A responsabilidade pelo conteúdo dos websites externos listados sempre fica com os seus respetivos editores. Quando as ligações a estes sites foram publicadas pela primeira vez, a PATPA verificou os conteúdos de terceiros para estabelecer se poderiam dar origem a responsabilidade civil ou criminal. Contudo, a revisão constante dos links para sites externos não pode ser razoavelmente esperada sem indicação concreta de uma violação de direitos. Se a própria PATPA tomar conhecimento ou for notificada por um terceiro de que um site externo a que tenha fornecido um link der origem a responsabilidade civil ou criminal, a PATPA eliminará o link para este sítio imediatamente. A PATPA dissocia-se expressamente de tais conteúdos. As opiniões expressas nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do Ministério Federal das Relações Exteriores (AA), do Ministério Federal para Assuntos Económicos e Ação Climática (BMWK) ou a opinião maioritária das Partes do Acordo de Paris.

Abril, 2024.

Conteúdo

Glossário técnico	1
Visão Geral	2
Introdução	2
Contexto	2
Objetivos	3
Metodologia e participantes	4
Dia 1: Terça-feira, abril 9, 2024	5
Sessão de Abertura - Alto Nível	5
Sessão de Abertura - Parceiros	5
Conhecer o anfitrião - Política e transparência climática em Angola	6
Como pode a juventude contribuir para a elaboração da NDC e para a transparência?	7
Aprender com o passado: Experiências com a elaboração e monitorização da NDC, NAP e com a elaboração do BUR	9
COP30 – que prioridades e que papel para a lusofonia	11
O caminho da ação e da transparência até à COP30	11
Construir uma linha de tempo até à COP30	12
Dia 2: Quarta-feira, abril 10, 2024	13
Principais desafios na elaboração de relatórios das Mudanças Climáticas - Experiência na elaboração do BUR e NDC	13
Preparação do BTR na Guiné-Bissau - passos dados e planeamento	13
Elaborar a NDC e o segundo BUR de Moçambique - pontos de ligação	13
Cabo Verde - Sistemas e arranjos institucionais para a transparência e NDCs ..	14
Visita de Campo: Sonangol Carbono Azul	15

Dia 3: Quinta-feira, abril 11, 2024.....	16
Enquadramento de perdas e danos.....	16
Perdas e Danos nos países lusófonos, devido a desastres Naturais entre os anos de 2000 e 2024: Um exercício considerando Banco de danos globais de desastres.....	17
Experiência de Timor-Leste	17
Experiência de Angola a reportar para a Estrutura de Sendai	18
O Observatório Nacional de Desastres de Cabo Verde.....	19
Dia 4: Sexta-feira, abril 12, 2024.....	20
Guiné Equatorial: Experiências com a elaboração e implementação da NDC.....	20
Mesa-redonda: Conversão da dívida para o clima: uma oportunidade para a transparência?	20
Principais características dos acordos de conversão de dívida.....	21
Operacionalização da conversão da dívida	22
O papel da transparência nos acordos de conversão de dívida.....	22
Inclusão dos jovens e integração de questões de género na política climática..	22
Financiamento GEF para o BTR.....	23
Próximos passos	24
Anexo 1: Feedback estruturado ao Núcleo, incluindo necessidades futuras.....	26
Anexo 2: Linhas do Tempo	28
Anexo 3: Agenda.....	29
Anexo 4: Lista de participantes.....	29
Anexo 5: Avaliação.....	32
Anexo 6: Impressões fotográficas.....	33

Glossário técnico

AFOLU	Agriculture, Forestry and Other Land Use	REDD+	Redução de emissões de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal; conservação dos estoques de carbono florestal; manejo sustentável de florestas; e aumento dos estoques de carbono florestal (Decisão 1/CP.16, parágrafo 70)
BTR	Relatório Bial de Transparência		
BUR	Relatório Bial de Atualização		
COP	Conferência das Partes		
ETF	Regras de Transparência (em inglês Enhanced Transparency Framework) nos termos do Artigo 13 do Acordo de Paris	SBI	Órgão Subsidiário de Implementação
FSV	Partilha de opiniões numa perspetiva construtiva (facilitative sharing of views)	SIDS	Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento
GEF	Fundo Mundial para o Meio Ambiente	STAR	System for Transparent Allocation of Resources (Sistema para alocação transparente de recursos)
GIZ	Agência Alemã de Cooperação Internacional	ONU	Nações Unidas
ICA	Consulta e Análise Internacionais	UNFCCC / CQNUAC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change)
IPCC	Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas		
LDC	País menos desenvolvido		
MRV	Mensuração, Relato e Verificação		
NAP	Plano Nacional de Adaptação		
CN	Comunicação Nacional		
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada segundo o Artigo 4º do Acordo de Paris		
PATPA	Parceria para Transparência no Acordo de Paris		
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento		

Visão Geral

Introdução

O Núcleo Lusófono para a Transparência levou a cabo o seu sétimo encontro presencial, entre os dias 9 e 12 de abril de 2024, na capital angolana de Luanda. O workshop foi organizado conjuntamente pelo [Climate Promise do PNUD](#), pela [Parceria para a Transparência no Acordo de Paris](#) (PATPA) e pelo [Global Support Program do Capacity Building Initiative on Transparency \(CBIT-GSP\)](#).

O encontro foi dedicado ao tema “O papel da transparência no aumento da ambição da ação climática: a ligação dos BTR às NDC,” e visou fomentar a partilha entre os países lusófonos e aumentar a respetiva capacidade para dar resposta eficaz e eficiente aos resultados do Global Stocktake/Balanco Global (GST). Os anos de 2024 e 2025 serão de grande exigência para todos os países, que se fará notar ainda mais nos países menos desenvolvidos (LDCs) e nos pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS). Durante estes dois anos, os países deverão submeter (idealmente no período entre novembro de 2024 e fevereiro de 2025) a sua nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para o período até 2035 e, até dezembro de 2024, mas com flexibilidade para os LDCs e SIDS, o seu primeiro BTR. Participaram no seminário 35 representantes de sete países, entre os quais 21 mulheres e quatro jovens (lista de participantes, ver Anexo 4), mais quatro co-organizadores e outros peritos.

Este sétimo seminário presencial teve a particularidade de ter uma delegação de representantes de grupos da juventude, nomeadamente de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que participaram de forma ativa e engajada nos trabalhos do seminário. Um artigo resumindo os resultados chave do workshop (em português e inglês), bem como todas as apresentações utilizadas durante o workshop estão disponíveis [aqui](#).

Contexto

Em 2023 completou-se, através da conclusão do primeiro Global Stocktake (GST), o primeiro ciclo de ambição do Acordo de Paris, ainda a meio caminho da implementação da primeira NDC e sem qualquer Relatório Bienal de Transparência (BTR) ter sido submetido. No entanto, com os resultados do GST, os países estão agora prontos para fazer um ponto de situação da implementação da respetiva NDC, avaliar o seu contributo para o esforço global e iniciar os trabalhos com vista a submeter uma nova NDC em 2025, incluindo as componentes de mitigação e adaptação.

Ao mesmo tempo, os países preparam os seus relatórios bienais, seja o último BUR (no âmbito da Convenção), seja o primeiro BTR (no âmbito do Acordo de Paris). Alguns países estão também a elaborar Comunicações Nacionais (NC), Planos Nacionais de Adaptação

(NAP) e Estratégias de Longo Prazo (LTS).

A interação e complementaridade entre todos estes processos é extensa e complexa, exigindo um esforço de planeamento e coordenação até agora não necessário para os países em desenvolvimento, em particular os menos desenvolvidos (LDCS) e pequenos estados insulares (SIDS).

Ao mesmo tempo, a aprovação dos arranjos de financiamento, incluindo um fundo, para evitar, minimizar e responder a Perdas e Danos, exigem agora que os países se preparem para monitorizar e reportar ações para evitar, minimizar e responder a perdas e danos, incluindo identificar e quantificar perdas e danos efetivas. Tendo em conta a extrema vulnerabilidade dos países lusófonos aos impactos das alterações climáticas, este tema ocupa um lugar cimeiro na preocupação, interesse e agenda destes países.

Objetivos

O objetivo principal do workshop foi fomentar a partilha entre os países lusófonos e aumentar a respetiva capacidade para dar resposta eficaz e eficiente aos resultados do GST. Para tal, o workshop pretendeu fazer a ligação, através de um planeamento cuidado e rigoroso, dos trabalhos de preparação do primeiro BTR e da revisão da NDC (considerando as componentes de mitigação e adaptação), bem como ainda, quando aplicável, do desenvolvimento e aprovação da Estratégia de Longo Prazo (LTS).

Os objetivos específicos incluem:

- Consciencializar os participantes para os requisitos, principalmente no âmbito do Acordo de Paris, que exigirão esforço dos países no próximo dois anos (2024 e 2025), nomeadamente a preparação do primeiro BTR e a revisão da NDC, tanto nas vertentes de mitigação como de adaptação.
- Fomentar a partilha entre os países quanto aos respetivos planos para os próximos dois anos, incluindo os arranjos institucionais para o efeito.
- Partilha para a identificação de desafios e barreiras, incluindo acesso a financiamento e formalização e operacionalização dos arranjos institucionais.
- Construção de capacidade relativamente às metodologias e formatos tabulares para o acompanhamento do progresso na implementação da NDC.
- Identificar necessidades de capacidade e oportunidades de partilha entre os países do Núcleo.

Metodologia e participantes

O programa do Encontro Lusófono foi desenhado para participantes com responsabilidades de coordenação dos processos de elaboração da NDC, do BTR e na área da monitorização de perdas e danos.

As sessões foram planeadas em torno de apresentações técnicas, partilha de boas práticas, debates em pequenos grupos, exercícios de avaliação, facilitando um ambiente de aprendizagem dinâmico e interativo.

Nesta edição do seminário, a agenda foi co-criada com os participantes. Após a respetiva indicação para o seminário, os participantes foram chamados a contribuir para o desenho da agenda através de duas reuniões online. Na primeira reunião, cerca de dois meses antes do seminário, os participantes foram convidados a reagir à proposta de grandes temas a abordar e a propor outros temas. Na segunda reunião, duas semanas antes do seminário, os participantes puderam comentar a agenda detalhada, bem como identificar os painéis no quais consideravam ter uma experiência relevante a comunicar. Resultou que cada país participante contribuiu ativamente durante os quatro dias do seminário.

Tal como vem sendo hábito nos seminários do Núcleo e dada a transversalidade dos temas tratados, estes participantes são tipicamente quadros intermédios e dirigentes do ministério do ambiente ou outros ministérios setoriais relevantes.

No total, participaram 35 representantes de 7 países, entre os quais 21 mulheres e quatro jovens. O objetivo é de envolver os jovens nas questões de transparência e, ao mesmo tempo, aproximá-los do tema. Este trabalho deverá ser prosseguido.

Dia 1: Terça-feira, abril 9, 2024

Sessão de Abertura - Alto Nível

O seminário foi aberto ao mais alto nível pela Sra. Secretária de Estado para a Ação Climática e Desenvolvimento Sustentável, Paula Francisco Coelho e pela Representante Residente Adjunta do PNUD em Angola, Mamisoa Rangers.

Ambas as altas representantes destacaram a importância da cooperação entre os países da lusofonia e regozijaram-se pelo facto do encontro ser realizado em Luanda, notando o esforço que Angola tem vindo a fazer para aumentar a sua capacidade em matéria de ação climática e transparência.

Sessão de Abertura - Parceiros

Num segundo momento, Simone Gotthardt, em representação da PATPA e Gonçalo Cavalheiro, em representação do PNUD – Climate Promise/ECT e do CBIT-GSP, deram as boas-vindas aos participantes.

Simone Gotthardt regozijou-se por este ser o 7º encontro presencial do Núcleo Lusófono, notando que tal é sinal da importância e relevância que os países têm atribuído a esta



© GIZ 2024

Imagem 1: Foto da família

oportunidade para trocar experiências. Notou também que, para o governo da Alemanha, o apoio ao Núcleo Lusófono no âmbito da PATPA tem-se revelado como uma clara aposta ganha.

Gonçalo Cavalheiro, por seu lado, enfatizou a importância deste encontro no início de um período bastante intenso em matéria de planeamento e implementação dos compromissos de ação e transparência climáticas.

Ambos realçaram a importância da participação dos representantes da juventude neste 7º seminário presencial.

Gonçalo Cavalheiro passou então a apresentar [os objetivos do seminário, a agenda e a metodologia](#), realçando o facto desta assentar na troca de experiências entre os participantes.

Conhecer o anfitrião - Política e transparência climática em Angola

Cecília Silva (Angola)

Angola tem demonstrado um compromisso claro e firme no combate às alterações climáticas, como evidenciado pelos seguintes pontos-chave:

- A Estratégia Nacional para as Alterações Climáticas (ENAC) foi aprovada pelo Decreto Presidencial Nº 216/22, datado de 23 de agosto de 2022, abrangendo o período de 2022-2025.
- Um dos principais objetivos da ENAC é integrar as questões das mudanças climáticas de forma transversal nas políticas nacionais, refletindo um compromisso abrangente do país com a sustentabilidade ambiental.
- Foi institucionalizado o Sistema Nacional de Monitorização, Reporte e Verificação da Política Climática, conforme estabelecido pelo Decreto Presidencial Nº 8/22, de janeiro, visando garantir uma abordagem estruturada e consistente na gestão das questões climáticas.
- Reconhece-se a necessidade de fortalecer as capacidades institucionais e de consultoria para enfrentar os desafios complexos associados às alterações climáticas.
- Angola está a ultimar e preparar-se para submeter nos próximos meses o seu primeiro Relatório Bial de Atualização (BUR), refletindo seu compromisso com a transparência e prestação de contas perante a comunidade internacional.
- Até o momento, Angola já submeteu duas comunicações nacionais à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC).

- Está-se avançando na implementação de importantes iniciativas, incluindo a operacionalização do Observatório Nacional do Clima, o processo de elaboração do Inventário Nacional de Emissões e a revisão da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) para 2025.
- Enfrenta-se o desafio de alinhar e integrar efetivamente as políticas climáticas nos Planos Operacionais do Governo, buscando garantir uma abordagem holística e coordenada para enfrentar as mudanças climáticas.
- A NDC de Angola concentrar-se-á nos setores de Transporte e Energia, refletindo seu compromisso em abordar as fontes de emissão mais significativas e promover uma transição para uma economia de baixo carbono.
- Esses elementos demonstram o compromisso contínuo de Angola em enfrentar os desafios das alterações climáticas e promover a sustentabilidade ambiental para as gerações presentes e futuras.

Como pode a juventude contribuir para a elaboração da NDC e para a transparência?

-  Ilda Cerveja (Moçambique)  Joel Benguela D'Almeida (São Tomé e Príncipe)
-  Verónica Choconeza (Angola)



© GIZ 2024

Imagem 2: Representantes da juventude

Representantes da juventude destacaram os seguintes aspetos relativos às oportunidades de participação dos jovens no processo de tomada de decisão e implementação de ação climática:

- A juventude participa ativamente e contribui para as ações climáticas por meio do estabelecimento de comitês juvenis em academias, distritos e províncias, além da realização de seminários, demonstrando um compromisso crescente com a causa.
- Há um esforço significativo na disseminação de informações sobre ação climática entre os jovens, promovendo uma maior conscientização e engajamento com as questões ambientais.
- O estabelecimento de start-ups por parte da juventude destaca o potencial empreendedor e inovador dos jovens na busca por soluções criativas e sustentáveis para os desafios climáticos.
- A participação ativa nos processos de consultas, implementação e monitoramento dos Planos Locais de Adaptação às Mudanças Climáticas em Moçambique evidencia o papel ativo da juventude na formulação e execução de políticas climáticas a nível local.
- Destacou-se a importância das NDCs serem sensíveis às questões relacionadas com a juventude e as crianças, reconhecendo a necessidade de incluir suas preocupações e necessidades nas estratégias de mitigação e adaptação.
- Para serem sensíveis às crianças e jovens, as NDCs devem ser holísticas/multissetoriais, inclusivas e baseadas nos direitos, garantindo uma abordagem abrangente e equitativa para todas as partes interessadas.

Essas perspectivas refletem o papel vital e o compromisso contínuo da juventude na luta contra as mudanças climáticas e na promoção de um futuro mais sustentável e resiliente para todos.

Os participantes jovens apresentaram as seguintes recomendações como contribuições adicionais ao seu discurso durante o seminário:

- Propuseram a disseminação ativa de informações sobre a ação climática nas escolas, incluindo universidades e indústrias, reconhecendo o papel fundamental da educação na conscientização e engajamento da comunidade sobre as questões ambientais.
- Recomendaram a criação de um grupo de Juventude Lusófona pelo Clima, visando promover uma colaboração mais estreita e troca de experiências entre os jovens dos países lusófonos na luta contra as mudanças climáticas.
- Sugeriram a criação de intercâmbios internacionais para discutir questões climáticas, proporcionando oportunidades para os jovens compartilharem conhecimentos, boas práticas e soluções inovadoras em nível global.

- Defenderam a integração das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) nos currículos escolares e universitários, promovendo debates e atividades educativas para aumentar a conscientização e compreensão das políticas climáticas entre os estudantes e futuros líderes.

Essas recomendações refletem o compromisso e a criatividade da juventude em encontrar soluções eficazes e inclusivas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, demonstrando uma abordagem proativa e colaborativa para construir um futuro sustentável e resiliente.

No seguimento da intervenção dos jovens, a delegação cabo-verdiana convidou-os a participar na Academia Juvenil, um evento que decorrerá no país em Julho de 2024.

Os jovens foram ainda desafiados a, durante a semana, falarem com todas as delegações para identificarem mecanismos atualmente existentes para integrar preocupação de género e da juventude na ação climática e a reportarem sobre as suas conclusões num painel no último dia do seminário.

Aprender com o passado: Experiências com a elaboração e monitorização da NDC, NAP e com a elaboração do BUR

A presente sessão, foi realizada em pequenos grupos de trabalho e posterior discussão em plenária. Aos participantes foi pedido, para cada elemento (elaboração da NDC, monitorização

O que correu bem	O que não correu bem
Adoção das guias 2006 do IPCC antes do BTR, caso de Moçambique e Brasil;	Falta de uma metodologia agregadora de recolha de dados;
Maior engajamento e apropriação do processo.	Coleta de dados fiáveis, reforçando os arranjos institucionais, decretos oficiais;
Investimento em capacitação e aprimoramento de especialistas nacionais.	Disponibilidade de dados: Desagregado; Financiamento recebido e sua alocação.
Disponibilidade de assistência técnica, financiamento e capacitações;	Instabilidade institucional: (des)continuidade do grupo técnico de trabalho devido a mobilidade dos técnicos, desmotivação, remuneração e pouco reconhecimento.

O que correu bem

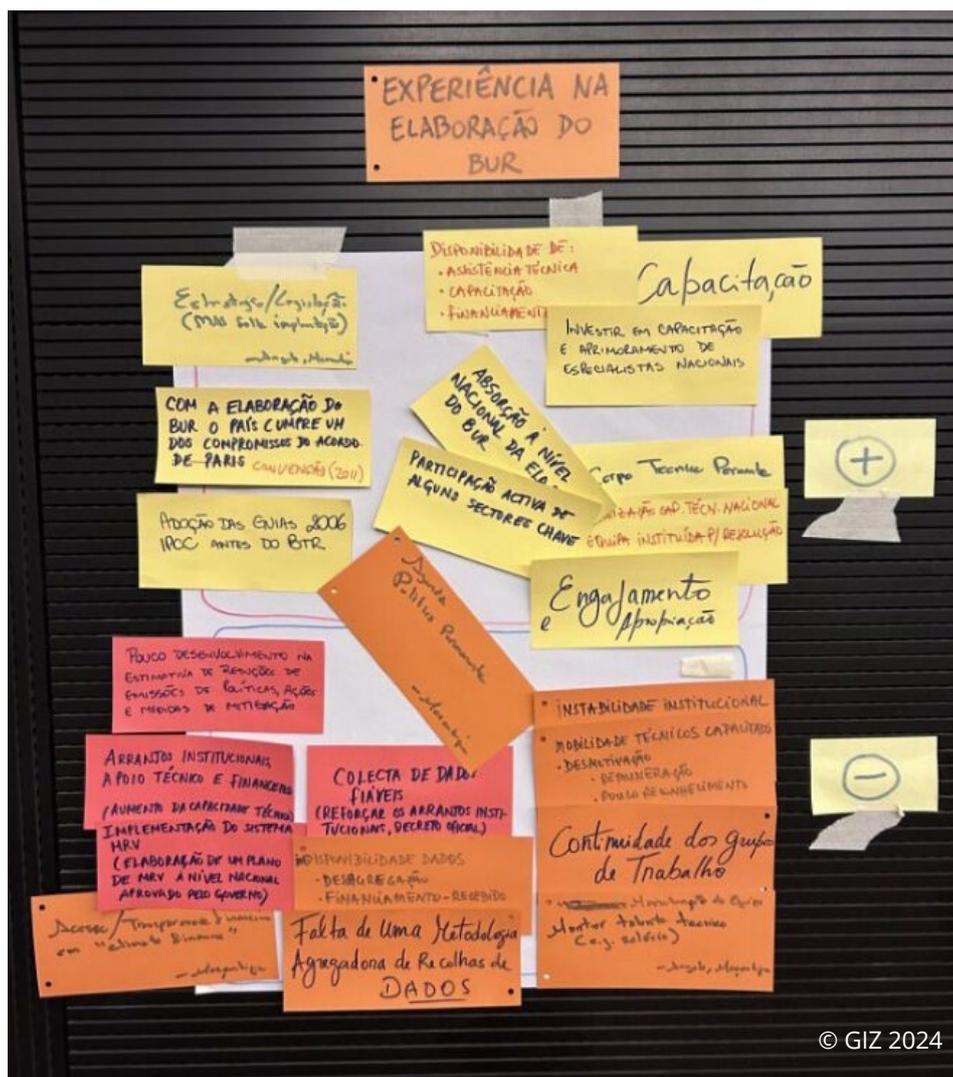
Equipa técnica permanente na elaboração do NDC, NAP e BUR.

Com a elaboração do BUR, os países cumprem com um dos compromissos da convenção de 2011.

Participação ativa de alguns sectores chave.

O que não correu bem

Pouco desenvolvimento na estimativa de reduções de emissões de políticas, ações e medidas de mitigação.



© GIZ 2024

Imagem 3: Documentação da experiência na elaboração do BUR

da NDC e elaboração do BUR) identificar o seguinte: 1 a 3 aspetos que correram bem e que deveriam ser feitos da mesma forma (ou só com pequenas melhorias) da próxima vez; 1 a 3 aspetos que correram mal e que não se poderão repetir, identificando pelo menos uma forma diferente de fazer o que correu mal.

COP30 – que prioridades e que papel para a lusofonia

 Luiza Gouveia (Brasil)

A 18 meses da COP30, não é ainda possível apresentar detalhes sobre as respetivas prioridades. No entanto, fica claro que na COP30, em Belém, no Brasil, todas as atenções estarão viradas para as NDCs até 2035 que terão sido submetidas por todos os países antes do início da COP30. Estas NDCs revistas deverão dar agora uma visão mais rigoroso da capacidade de, coletivamente, os países estarem no bom caminho para alcançar o objetivo do 1,5°C do Acordo de Paris.

Especificamente no que concerne a transparência, o Brasil tem expressado, incluindo no seio grupo negocial ABU, a sua preocupação com os mecanismos e procedimentos para a provisão de apoio financeiro aos países em desenvolvimento para cumprimento das obrigações de transparência.

O caminho da ação e da transparência até à COP30

 Gonçalo Cavalheiro (UNDP)

A apresentação visou, através de uma referência direta às decisões no âmbito do Acordo de Paris:

- Realçar que o Acordo de Paris foi desenhado à luz de boas práticas de gestão de projeto: Planear (NDCs) > Agir (Implementar Ações) > Verificar (Transparência) > Agir (aumentar ambição através de novas NDCs);
- Tal implica que é boa prática (tal como estipulado no Acordo de Paris) que os BTR (verificação) sejam publicados antes de serem revistas as NDCs.

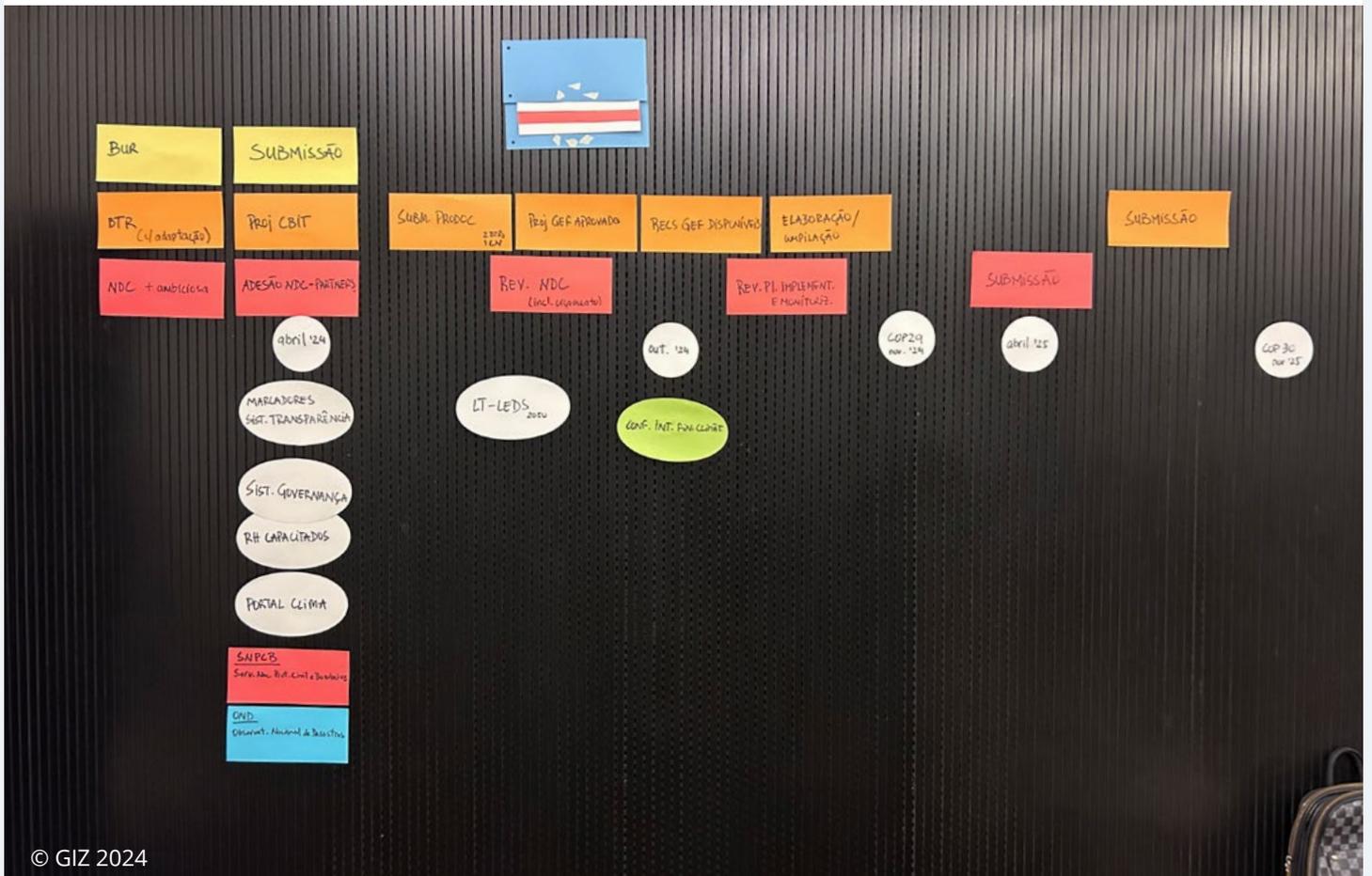
A pergunta operacional e que serve de base para o exercício seguinte (tendo em conta que esta será a realidade em muitos países) é: como garantir que existe informação sólida para a revisão da NDC se esta for elaborada antes do primeiro BTR?

Construir uma linha de tempo até à COP30

A partir das premissas descritas na apresentação anterior, os países foram desafiados a construir uma linha de tempo com as atividades e as principais milestones (marcos importantes) a atingir entre o dia do seminário e a COP30.

Após cada país ter elaborado a sua linha temporal ao longo dos primeiros 3 dias do evento, no último dia, cada país recebeu a “visita” de um participante de outro país para troca de experiências e aprendizagem mútua.

As linhas de tempo de cada país encontram-se em anexo 2.



© GIZ 2024

Imagem 4: Exemplo de uma linha de tempo

Dia 2: Quarta-feira, abril 10, 2024

O segundo dia do seminário foi dedicado à continuação da aprendizagem e troca de experiências entre países relativamente à interação entre os processos de transparência e de elaboração das NDCs.

Neste dia, os participantes tiveram oportunidade de conhecer o projeto de Carbono Azul, de restauração de mangal numa comunidade próxima à cidade de Luanda.

Principais desafios na elaboração de relatórios das Mudanças Climáticas - Experiência na elaboração do BUR e NDC

Preparação do BTR na Guiné-Bissau - passos dados e planeamento

 João Lona Tchedná (Guiné-Bissau)

A Guiné-Bissau recebeu financiamento do GEF para elaboração do BTR e da CN, no valor de USD 600 000, num projeto “umbrela” (com outros países), sendo o UNEP a agência implementadora.

O projeto, com duração de 24 meses, teve início em fevereiro de 2023, estando previsto o envio do relatório no dia 1 de janeiro de 2025.

A elaboração do BTR da Guiné-Bissau basear-se-á nas conclusões e recomendações da CN e do BUR, incluindo o resultado da ICA.

O inventário incluído no BTR será uma melhoria do inventário incluído na CN.

Elaborar a NDC e o segundo BUR de Moçambique - pontos de ligação

 Paula Panguene (Moçambique)

Durante a apresentação por Moçambique, foram destacados os seguintes pontos-chave relativos a lições aprendidas e a planos para o futuro:

- Foi observado que os relatórios sobre Mudanças Climáticas foram elaborados com o apoio de consultores individuais, resultando em uma participação limitada e falta de apropriação pelos técnicos do setor público, especialmente nos Relatórios Bienais de Atualização (BUR) e nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC).

- A limitada documentação e arquivo comprometeram a transparência, conforme observado no Relatório de ICA (International Consultation and Analysis).
- Destacou-se o apoio recebido do PNUD, UNEP (GEF), Núcleo Lusófono, EU e ICAT para:
 - Elaboração e finalização do primeiro BUR;
 - a elaboração do Relatório de Inventário Nacional atualizado para o segundo BUR;
 - a finalização da Segunda Comunicação Nacional;
- Atualização do Sistema Nacional de Monitoramento, Reporte e Verificação das Ações de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (SNMAMC) e elaboração do respetivo Plano de Implementação, harmonizado com o Plano de Implementação do Quadro Fortalecido de Transparência, garantindo uma abordagem integrada e coordenada.
- Destacou-se o apoio recebido do ICAT para desenvolver a capacidade de avaliar os impactos das políticas e ações climáticas, notando a contribuição deste apoio para o processo de revisão da NDC;
- Esses pontos fornecem uma visão abrangente das atividades e iniciativas em andamento em Moçambique em relação à ação climática e transparência.

Cabo Verde - Sistemas e arranjos institucionais para a transparência e NDCs

 Alexandre Nevsky Rodrigues (Cabo Verde)

Durante a apresentação de Cabo Verde, foram destacados os seguintes pontos-chave quanto ao seu sistema nacional de transparência:

- No contexto do fortalecimento da transparência, Cabo Verde estabeleceu o [Portal do Clima](#) e o Fundo Climático e Ambiental, demonstrando um compromisso claro em promover a transparência e a prestação de contas nas questões climáticas.
- Destacou-se ainda a elaboração da Lei do Clima, que visa garantir a coerência e consistência das políticas climáticas em todos os setores de governação. Essa legislação representa um marco importante na abordagem integrada e abrangente das mudanças climáticas no país.
- Foi anunciado o estabelecimento do Sistema Nacional de Transparência, que desempenhará um papel fundamental na monitoria dos fluxos de fundos externos relacionados à ação climática. Isso garantirá uma gestão transparente e eficaz dos recursos destinados a enfrentar os desafios climáticos.

- Houve ênfase na melhoria da capacidade humana e institucional, incluindo o aprimoramento das relações interministeriais para lidar com as mudanças climáticas.

Esses pontos demonstram os esforços significativos de Cabo Verde para promover a transparência e fortalecer seu sistema nacional de governança climática, contribuindo para uma abordagem mais sólida e integrada na gestão das mudanças climáticas. Essas iniciativas serão essenciais para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios climáticos emergentes no país.

Visita de Campo: Sonangol Carbono Azul

O "[Sonangol Carbono Azul](#)", é projecto ambiental em parceria com a Associação Otchiva, que visa a redução das emissões dos gases de efeito estufa, através da reflorestação dos ecossistemas de mangais.

O projecto que visa gerar créditos de carbono através dos esforços de proteção, conservação e restauração dos mangais liderado totalmente pelas comunidades com o objectivo de proteger a biodiversidade marinha, apoiar os meios de subsistência das comunidades locais e dos pescadores, reduzir a pobreza e criar resiliência ambiental e económica.

Durante a visita de campo, os participantes puderam conhecer o ecossistema, a comunidade, verificar in loco o sistema de monitorização e ainda participar numa ação de reflorestação cuja taxa de sucesso é, tal como foi indicado, cerca de 5%, demonstrando a quão exigente é conservar este ecossistema.



Imagem 5: Visita de Campo: Sonangol Carbono Azul

Dia 3: Quinta-feira, abril 11, 2024

O terceiro dia do seminário foi inteiramente dedicado a perdas e danos (Loss and Damage, L&D). Considerando a adoção do fundo de perdas e danos na COP28, importa agora que os países se reforcem institucionalmente para poderem recolher e reportar informação sobre este tema tão premente para os países mais vulneráveis.

Sendo que as perdas e danos tanto podem resultar de fenómenos climáticos extremos como de eventos de início lento, os desafios com que se depararão os países para recolher a informação necessária para incluir nos respetivos BTRs serão grandes, em virtude da natureza distinta dos fenómenos e do, necessariamente distintos, arranjos institucionais para a respetiva gestão.

Enquadramento de perdas e danos

 Mariana Simões (PNUD)

Fundo de Perdas e Danos

O Fundo fornecerá financiamento para enfrentar uma variedade de desafios associados aos efeitos adversos das alterações climáticas, tais como emergências relacionadas com o clima, subida do nível do mar, deslocação, deslocalização, migração, informação e dados climáticos insuficientes e a necessidade de recursos resilientes às alterações climáticas. reconstrução e recuperação.

O Fundo centrar-se-á nas lacunas prioritárias no panorama atual das instituições, incluindo instituições globais, regionais e nacionais, que financiam atividades relacionadas com a resposta a perdas e danos. Para este efeito, o Fundo fornecerá apoio complementar e adicional e melhorará a rapidez e a adequação do acesso ao financiamento para responder a perdas e danos em países em desenvolvimento particularmente vulneráveis.

O Fundo fornecerá apoio para responder às perdas e danos económicos e não económicos associados aos efeitos adversos das alterações climáticas. Este apoio pode incluir financiamento para complementar às ações humanitárias realizadas imediatamente após um evento climático extremo; financiamento para recuperação, reconstrução ou reabilitação a médio ou longo prazo; e financiamento para ações que abordam eventos de início lento.

O apoio prestado pelo Fundo pode incluir o desenvolvimento de planos de resposta nacionais; abordar a insuficiência de informações e dados climáticos; e promover a mobilidade humana equitativa, segura e digna sob a forma de deslocamento, realocação e migração em casos de perdas e danos temporários e permanentes.

Os termos e requisitos para aceder ao fundo ainda não foram definidos.

Estrutura de Sendai

Adotado pelos Estados-Membros da ONU em 18 de março de 2015, na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Redução do Risco de Desastres, em Sendai, Japão.

Visa alcançar a redução substancial do risco de catástrofes e das perdas em vidas, meios de subsistência e saúde e nos activos económicos, físicos, sociais, culturais e ambientais de pessoas, empresas, comunidades e países. Tem sete metas e 38 indicadores.

Perdas e Danos nos países lusófonos, devido a desastres Naturais entre os anos de 2000 e 2024: Um exercício considerando Banco de danos globais de desastres

 Osvaldo Moraes (Brasil)

A apresentação de um exercício teórico sobre dados relativos a perdas e danos (económicos e não-económicos) nos países lusófonos a partir da informação compilada numa base de dados não oficiais mantida pela Universidade de Leuven (Bélgica), (www.emdat.be) mostra que a comparação de perdas e danos entre países não pode ser feita sem extrema precaução. A opção por determinada abordagem ou por determinadas métricas poderá resultar numa leitura enviesada das perdas e danos em cada país, podendo potencialmente prejudicar a sua posição internacional na matéria, incluindo acesso a quaisquer financiamentos para os abordar.

Experiência de Timor-Leste

 Mariana Simões (UNDP)  Elisa Pereira (Timor-Leste)

Timor-Leste é um campeão global em matéria de perdas e danos, tendo sido o grande impulsionador da inclusão do tema no Acordo de Paris e da criação do fundo na COP28.

Nesse contexto, o Núcleo Lusófono está a trabalhar com o país de modo a retratar e partilhar a sua experiência com os restantes países, bem como a ajudar a país a reforçar a sua estrutura institucional para a monitorização e reporte relativa a perdas e danos.

Destacam-se os seguintes pontos, que estão a ser trabalhados num relatório a ser publicado oportunamente:

- O Ciclone tropical Seroja é considerado o pior em 50 anos. Estimou-se perdas e danos de aproximadamente 307 milhões de dólares.

- Sector de agricultura, saúde e infraestrutura são os que ainda enfrentam dificuldades para recuperar pós-evento.
- Alinhamento de perdas e danos com o Sendai e a NDC.
- Está em elaboração o plano de vulnerabilidade que irá apoiar ao governo e outros parceiros no levantamento e priorização das necessidades.
- Iniciou recentemente a implementação de Sistemas de Aviso Prévio.



Imagem 6: Participação virtual do Timor-Leste

Experiência de Angola a reportar para a Estrutura de Sendai

 Edson Fernando Domingos (Angola)

Angola é um dos poucos países lusófonos que submete informação sobre desastres no âmbito da Estrutura de Sendai. A sua experiência é da maior importância para os restantes países.

A Estrutura de Sendai é um acordo que se centra no risco de desastres e não nas perdas e danos associados aos mesmos, no entanto os mecanismos de recolha e reporte de danos, incluindo arranjos institucionais e metodologias são relevantes.

O sistema de recolha e reporte de dados no âmbito da Estrutura de Sendai é complexo. No caso de Angola, a recolha de dados é efetuada a dois níveis:

- Nível local - através das comissões provinciais de proteção civil;
- Nível nacional (setores ministeriais) - através da Comissão Nacional de Proteção Civil.

Considerando a complexidade do processo, Angola necessita de aumentar a sua capacidade para a recolha e reporte dos dados, ao mesmo tempo que advoga a necessidade de simplificar as metodologias implícitas.

O Observatório Nacional de Desastres de Cabo Verde

 Alexandre Nevsky Rodrigues (Cabo Verde)

Cabo Verde tem vindo a reforçar a sua capacidade para recolher dados sobre fenómenos extremos e desastres, incluindo as perdas e danos associados.

O Observatório Nacional de Desastres é uma ferramenta, coordenada pelo serviço de proteção civil, que reúne informações geográficas e dados sobre os diferentes tipos de desastres. A ferramenta permite aos utilizadores visualizar e analisarem dados de desastres no espaço geográfico ao longo do tempo. O observatório reúne diferentes informações e dados, tais como dados estatísticos, planos de emergência, legislação e regulamentação.

Dados de 2010 serão considerados com base e a plataforma já inclui dados até 2024.

A plataforma permitirá ao cidadão reportar sobre eventos e desastres (usando telemóvel ou computador), o que contribuirá para melhorar a capacidade de reporte e monitoria de eventos climáticos.

A informação coligida no Observatório Nacional de Desastres de Cabo Verde serve de fonte de informação para a elaboração do relato no âmbito da Sendai Framework.

Dia 4: Sexta-feira, abril 12, 2024

O último dia do seminário foi dedicado a terminar a troca de experiências sobre o planeamento dos trabalhos de transparência e de elaboração das NDCs e a analisar o papel da transparência nos acordos de troca de dívida por ação climática que se têm vindo a revelar uma importante e inovadora fonte de financiamento climático na lusofonia.

Finalmente, o resto do dia foi dedicado a planear os próximos passos para cada país e para o Núcleo antes de se proceder ao encerramento do sétimo seminário presencial do Núcleo Lusófono.

Guiné Equatorial: Experiências com a elaboração e implementação da NDC

 Pedro Malavo Nsene (Guiné Equatorial)

A Guiné Equatorial aumentou a ambição da sua NDC na versão de 2021 face à de 2015. Em face dos desafios na implementação da mesma, é expectável que a próximo NDC até 2035 mantenha os níveis de ambição atuais.

Solicitou financiamento do NDC Partnership para elaboração do seu plano de implementação do NDC, bem como apoio ao Núcleo Lusófono para formação sobre inventários.

Mesa-redonda: Conversão da dívida para o clima: uma oportunidade para a transparência?

Nesta mesa-redonda discutiram-se os 3 acordos de troca de dívida por ação climática (Moçambique com a Bélgica e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe com Portugal), em particular o papel que a transparência desempenha nos 3 acordos.

Para orientar a discussão, dois grandes temas foram propostos:

- Até que ponto, os acordos negociados ou em negociação, preveem a utilização convertida no reforço da transparência?
- Que tipo de requisitos em termos de transparência (monitorização e avaliação) estão consagrados nos acordos negociados ou em negociação?



Imagem 7: Mesa-redonda: Conversão da dívida para o clima

Principais características dos acordos de conversão de dívida

No caso de **Moçambique**, o acordo com o governo da Bélgica prevê a conversão de dívida no valor de 2,5 milhões de euros por ação climática, especificamente em matéria de gestão de fenómenos climáticos extremos que assolam o país regularmente, incluindo para assistência técnica e capacitação de agências de risco de desastres, juntamente com esforços de transição de energia limpa a nível comunitário.

O acordo entre Moçambique e Bélgica foi assinado em 2023 na COP28 e vigorará até 2029. Está atualmente a ser revisto para aumentar a clareza de alguns aspetos inscritos nas suas cláusulas.

Cabo Verde tem uma dívida de 140 milhões de euros com Portugal. Destes, 12 milhões serão convertidos em ação climática no âmbito do acordo assinado com o credor.

No caso de **Cabo Verde**, o acordo com Portugal poderá vir a contemplar a totalidade da dívida (140 milhões de euros). Nesta primeira fase, a tranche de 12 milhões de euros da dívida será convertida em ações de apoio à implementação da NDC do país, em particular no setor da energia.

O caso de **São Tomé e Príncipe** é mais recente, estando o acordo com Portugal para o perdão de 3,5 milhões de euros em negociações finais. A dívida será convertida para apoiar, fundamentalmente, ação de adaptação, incluindo proteção das comunidades contra a erosão costeira.

Operacionalização da conversão da dívida

Em Moçambique será aberta uma conta bancária tutelada pela ENABEL (agência de cooperação da Bélgica) e pelo Ministério da Economia e Finanças. A responsabilidade pela gestão dos fundos será do INGD (Instituto Nacional de Gestão de Desastres).

Em Cabo Verde, 12 milhões de euros dos reembolsos da dívida previstos até 2025 serão afetados a um fundo ambiental e climático, do qual a dívida convertida será uma das fontes de financiamento.

Em São Tomé e Príncipe, a abordagem escolhida (ainda por definir detalhadamente) será similar à de Cabo Verde, com a dívida a ser canalizada para o fundo climático.

O papel da transparência nos acordos de conversão de dívida

Nenhum dos acordos faz referências específicas a transparência ou a monitorização e reporte num contexto de artigo 13 do Acordo de Paris. De igual modo, nenhum dos acordos prevê que parte da dívida convertida possa ser utilizada para construir capacidade ou cumprir obrigações relativas à ETF.

Não tendo chegado ainda a hora, nenhum dos países tem completamente claro onde será enquadrado o reporte sobre este mecanismo inovador de financiamento climático. Os participantes especularam que o valor do apoio recebido através da conversão da dívida seria incluído no capítulo do apoio recebido, ficando por definir se e de que forma haveria referência ao mesmo nos capítulos de ação de mitigação e/ou de adaptação conforme relevante.

Inclusão dos jovens e integração de questões de género na política climática

 Ilda Cerveja (Moçambique)  Joel Almeida (São Tomé e Príncipe)

 Milena Manuel  Verónica Choconeza (Angola)

Na intervenção dos jovens sobre a inclusão dos jovens e a integração de questões de género na política climática, foram abordados os seguintes pontos:

- Os governos devem ser mais proativos em envolver os jovens não apenas na execução, mas também na elaboração das ações climáticas.
- É crucial preparar os jovens para participarem ativamente no processo decisório, pois atualmente a grande maioria deles está excluída desse processo. Os esforços devem ser direcionados para reduzir essa exclusão, evitando assim a elitização da participação dos jovens. Políticas mais assertivas e inclusivas são necessárias para garantir a participação significativa dos jovens na elaboração e implementação das políticas climáticas.

- De entre as práticas de inclusão dos jovens na ação climática, os jovens destacaram Cabo Verde, onde as instituições que coordenam ações relacionadas a crianças, jovens e gênero em Cabo Verde participam ativamente nos processos de elaboração das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), demonstrando um compromisso concreto com a inclusão e representatividade desses grupos na definição das políticas climáticas.
- Uma das formas de incluir e potenciar os jovens no processo dos NDCs e outras políticas climáticas é por meio de estágios ou trabalhos em cooperação com consultores, por exemplo.

Proposta para reflexão:

- Como planeiam os países incluir as crianças, jovens e questões de gênero nos processos de elaboração das NDCs?
- O Núcleo Lusófono poderá organizar um programa de capacitação de jovens (BTRs, NDCs, BURs) e ainda apoiar os países na inclusão das crianças e jovens e das questões de gênero nos seus processos de elaboração bem como nos processos de implementação.

Financiamento GEF para o BTR

Esteban Bermudez Forn (GEF)

O financiamento do GEF para os BTR é adicional aos recursos STAR para cada país. Para aceder ao financiamento para o BTR é necessário que o país não tenha em curso a elaboração do BUR (exceto na modalidade 3 abaixo).

As seguintes modalidades de financiamento do BTR estão atualmente disponíveis:

- Financiamento do BTR: até USD600 000
- Financiamento do BTR e da CN (ao mesmo tempo): até USD630 000
- Financiamento adicional (top up) para países a elaborar o último BUR e que querem transformá-lo no primeiro BTR: até USD250 000 de financiamento adicional ao financiamento do BUR.

Reflexão e comentários:

- Arranjos institucionais frágeis condicionam o acesso aos fundos;
- As modalidades de acesso ao fundo são complexas e alguns pontos focais não têm conhecimento profundo sobre o assunto;

- O Núcleo deve procurar mecanismos de fortalecer as capacidades e oportunidades de os membros do Núcleo acederem aos fundos;
- O GEF tem feito várias comunicações



Fundo Mundial para o Meio Ambiente:

Contacte: Esteban Bermúdez Forn | Climate Change Specialist
GEF | **Email:** ebermudezforn@thegef.org

Próximos passos

Cada participante foi desafiado a pensar nos passos a dar no seguimento do seminário. Depois da reflexão individual, os participantes foram convidados a pensar nos próximos passos enquanto país.

A tabela abaixo apresenta os principais passos identificados por cada país.



	1 semana	1 mês	3 meses
Angola	<ul style="list-style-type: none"> verificar ponto de situação do BUR; revisitar página do GEF e requisitos para identificação de parceiros (BTR); reunião com parceiro para definição de um plano de ação de trabalho (NDC) 	<ul style="list-style-type: none"> planificação de workshop de apresentação e validação do BUR; informar o GEF sobre a identificação do parceiro para a disponibilização de fundos (BTR) reunião com stakeholders engajados na revisão da NDC. 	<ul style="list-style-type: none"> Conclusão e submissão do BUR; elaboração do ProDOC (BTR); retomar o processo de recolha de dados e planificação para futura validação (NDC)
Cabo Verde	<ul style="list-style-type: none"> exploração da cronologia com vista à atualização da NDC e Plano de Implementação e elaboração do BTR; solicitação de adesão à NDC Partnership; finalização da revisão do plano de implementação da estratégia de longo prazo (LT-LEDS). 	<ul style="list-style-type: none"> Submissão das propostas técnicas e legais do quadro de governança ao Ministério da agricultura e ambiente; submissão do BUR a Convenção; envio da quarta comunicação nacional para apreciação; finalização do plano de implementação da estratégia de longo prazo; reflexão sobre a relação da estratégia de longo prazo e a NDC atualizada; preparação do convite aos jovens para participação na atividade da Juventude em julho. 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação do quadro de governança; início do processo de atualização da NDC e respetivo plano de implementação; aprovação do sistema de transparência; finalização da quarta comunicação nacional; aprovação da estratégia de longo prazo.
Guiné-Bissau	<ul style="list-style-type: none"> Pedido de apoio ao Núcleo Lusófono Capacitação técnica Revisão do documento 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização de fundos para a elaboração da NDC 	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do BTR e da CN4
Guiné Equatorial	<ul style="list-style-type: none"> elaborar relatório deste sétimo seminário presidencial do Núcleo Lusófono e apresentá-lo às autoridades do Ministério das florestas e meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> elaborar a proposta inicial para submeter ao UNEP solicitando financiamento para a elaboração do BTR; 	<ul style="list-style-type: none"> continuar a coordenação dos consultores do BUR; viajar abona para participar nas sessões dos órgãos subsidiários da Convenção.
Moçambique	<ul style="list-style-type: none"> os termos de referência para a validação do projeto do BTR e da terceira comunicação nacional com os setores; reunir com os GIZI consultores selecionados para elaboração do anexo REDD+ no âmbito do segundo BUR 	<ul style="list-style-type: none"> realizar reuniões técnicas para elaborar os termos de referência para atualização da NDC; preparar e realizar o seminário de validação da proposta de projeto do BTR e terceira comunicação nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> Assinatura do Memorando de entendimento e contratação de consultores para a elaboração do BTR e da terceira comunicação nacional; aprovação do anexo técnico de REDD+ e finalização e submissão do segundo BUR à Convenção início da atualização da NDC
São Tomé e Príncipe	<ul style="list-style-type: none"> Já com o superior hierárquico e colegas do setor assuntos discutidos no sétimo seminário presencial do Núcleo Lusófono; elaborar relatório de participação no referido evento. 	<ul style="list-style-type: none"> Estarmos envolvidos em várias ações de disseminação do aprendizado sobre transparência climática até 2035. 	<ul style="list-style-type: none"> Está a ouvir a programação do roteiro de transparência climática até 2035.

Tabela 1: Tarefas de curto prazo para os participantes no seminário

Anexo 1: Feedback estruturado ao Núcleo, incluindo necessidades futuras

Num sistema de *world cafe* adaptado, os participantes foram convidados a fazer recomendações de trabalho futuro para o Núcleo Lusófono.

1. Temas para os próximos 12 meses
 - ACE – *Action for Climate Empowerment*
 - Ambição climática considerando outros aspetos além da mitigação
 - Ligação LTS - NDCs
 - Capacitação sobre capítulos específicos do BTR
 - Perdas & danos – Sistemas de Alerta de aviso prévio e aumento de resiliência
 - Justiça Climática e transição justa (gênero etc.)
 - Artigo 6 do Acordo de Paris
 - Transição energética e MRV
 - Desenvolvimento e transferência de tecnologia
2. Como queremos nos encontrar e com que frequência?
 - Encontros anuais presenciais, incluindo a realização de Pre-COP, Pre-SBI
 - Webinários trimestrais
 - Grupos de trabalho online (Climate Transparency platform, Newsletter)
 - Partilha de relatórios de eventos (workshops/ reuniões da UNFCCC e outros)
3. O que está a funcionar?
 - Reuniões regulares
 - Apoio aos países
 - Envolvimento dos jovens
4. O que pode ser melhorado
 - Mais projetos para os países membros da lusofonia
 - Troca de experiência entre os países
 - Partilha de mais comunicações
 - Organizar mais encontros com redes francófonos e américa latina e caribe
 - Mais tempo de discussão nas plenárias durante o seminário
 - Memória institucional: Briefing dos resultados dos encontros anteriores para acolher novos participantes e recordar os antigos (formato de vídeo/slides)
 - Troca de experiência de especialistas brasileiros em óleo e gás com os outros países do Núcleo

5. Como trazer as questões de gênero e juventude para o Núcleo?
- Criação de uma plataforma conjunta de partilha e intercâmbio de boas práticas de integração de gênero
 - Realização de seminários e webinários sobre gênero e jovens em ações de mudanças climáticas
 - Elaboração de artigos conjuntos
 - Programas de educação e comunicação sobre mudanças comportamental e social
 - Promoção de estágios profissionais

Anexo 2: Linhas do Tempo

	Abril 2024						COP29			9 meses antes COP30			COP30		2026 - 2028
Angola				Preparação ProDoc BTR				Submissão BUR1	Início Elaboração BTR1					Submissão BTR1	
	Financiamento revisão NDC garantido			Workshop intersetorial				Recolha de dados				Submissão NDC			
Brasil							Submissão BTR1								Submissão BTR2
							Submissão 2ª NDC	Plano Clima / Planos Setoriais							Submissão CN5
															Submissão BTR3
															Sistema Nacional de Transparência - DataClima (CBIT)
Cabo Verde	Submissão BUR1														
	Projeto CBIT			Submissão ProDoc (2BTR+1CN)			Início elaboração do BTR					Submissão BTR			
	Adesão NDC Partnership			Revisão da NDC		Revisão Plano de Implementação e Monitorização					Submissão 2ª NDC				
	Portal Clima			Submissão LTS		Conferência Internacional Financiamento Climático									
Guiné -Bissau							Submissão BTR								
		Mobilização de Recursos para revisão da NDC				Montagem de equipa NDC				Submissão NDC			Apresentação NDC		
Guiné Equatorial								Submissão BUR1	Início de BTR					Submissão BTR	
									Início NDC						Submissão NDC
Moçambique				Finalização do BUR2 e Anexo REDD+		Aprovação oficial do BUR 2 antes da submissão	Submissão BUR2								
		ProdDoc BTR (Top up da CN)				MOU com UNEP para implementação do projeto	Seleção de coordenador e consultores								Submissão CN3 e BTR (Dezembro 2026)
				Contratação coordenador NDC	Avaliação NDC atual			Plano Implementação NDC	Submissão NDC atualizada						
São Tomé e Príncipe	Submissão BUR	FSV do BUR					Submissão CN 4								
	Submissão NAP						Avaliação da NDC						Submissão NDC		

Anexo 3: Agenda

Todas as apresentações, a [agenda](#) e outras informações relacionadas com o conteúdo do workshop estão disponíveis no website da PATPA. Acesse através do seguinte link: [7º Seminário Presencial do Núcleo Lusófono “O papel da transparência no aumento da ambição da ação climática: a ligação dos BTR às NDC” \(transparency-partnership.net\)](#)

Anexo 4: Lista de participantes

Participantes			
	País	Gênero (F/M/D)	Nome completo
1	Angola	F	Cecilia Silva Bernardo
2	Angola	F	Ivone Pascoal Sumbo
3	Angola	F	Nádia Bernardo Cristóvão
4	Angola	F	Luna Fortunato Pedro
5	Angola	F	Teotânia Domingos António
6	Angola	F	Ana Teresa Adão
7	Angola	F	Julcileia Vasconcelos
8	Angola	F	Verónica Choconeza
9	Angola	M	Marco Romero
10	Angola	F	Felisberta Quintero
11	Angola	M	Francisco Kui
12	Angola	F	Estefania Kiteculo
13	Angola	M	Joao Fernandes
14	Angola	F	Tânia Pedro
15	Angola	M	Emilio Capuepue

Participantes

	País	Gênero (F/M/D)	Nome completo
16	Angola	F	Eneide Lima
17	Angola	M	Mpengo Horácio
18	Brasil	F	Luiza Valladares de Gouvêa
19	Brasil	M	Osvaldo Luiz Leal de Moraes
20	Brasil	M	Ricardo Vieira Araújo
21	Cabo Verde	M	Alexandre Nevsky
22	Cabo Verde	F	Ethel Rodrigues
23	Cabo Verde/ LuxDev	F	Inês Mourão
24	Equatorial Guinea	M	Pedro Malavo Nsene
25	Equatorial Guinea	M	José Nsue Ndong Nzang
26	Guinea - Bissau	M	João Lona Tchedna
27	Guinea - Bissau	M	Antonio Pansau Ndafo
28	Mozambique	F	Paula Panguene
29	Mozambique	F	Rosalia Pedro
30	Mozambique	F	Ilda Cerveja
31	Mozambique	F	Noémia Utxavo
32	São Tome and Príncipe	F	Adalgiza Bandeira Cravid
33	São Tome and Príncipe	M	Cícer Costa da Graça
34	São Tome and Príncipe	M	Jõel Benguela D'Almeida
35	Timor-Leste (virtualmente)	F	Elisa Santa Pereira
36	Timor-Leste (virtualmente)	M	Oscar Soares

Organizadores, fornecedor de apoio técnico, outras instituições

	Instituição	Gênero (F/M/D)	Nome completo
1	Núcleo Lusófono (PATPA)	F	Simone Gotthardt
2	Moderador (PATPA)	M	Henrique Vedana
3	GIZ Mozambique	M	Manuel João Cardoso Junior
4	Núcleo Lusófono (UNDP)	M	Gonçalo Cavalheiro
5	UNDP	F	Mariana Simões
6	UNDP Angola	M	Pinto Pedro Vunge
7	UNDP Angola	F	Aguiar Cuiundana
8	UNDP Angola	M	Calei Silva
9	UNDP Angola	F	Judite Silva

Anexo 5: Avaliação

Minha satisfação com diferentes aspectos do Seminário:



Como você descreveria esse evento em 1 palavra?

70 respostas



Anexo 6: Impressões fotográficas



Publicado por:

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Escritórios registrados:

Friedrich-Ebert-Allee 32 + 36

53113 Bonn, Germany

T +49 228 44 60-0

F +49 228 44 60-17 66

Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5

65760 Eschborn, Germany

T +49 30 33 85 25 15

F +49 61 96 79-11 15

E contact@patpa.net

I <https://transparency-partnership.net/>